



Shape the future
with confidence

**Um espaço de
desenvolvimento
de negócios, inovação
e impacto em longo
prazo além da COP30**

EY House



The better the question.
The better the answer.
The better the world works.

Sumário

Prefacio	2
Introdução: O caminho para a resiliência econômica	2
Resultados EY House em números	7
Agroindústria	8
Energia	10
Inteligência Artificial	12
Infraestrutura	13
Mercado de carbono	15
Mineração	16
Serviços Financeiros	18
Conclusão	19
Recomendações	20



Prefácio

A COP30 reforçou um ponto central: a agenda climática só avança quando transforma ambição em execução. Em Belém, ficou evidente que a transição para uma economia de baixo carbono não é apenas um compromisso ambiental, mas uma força estruturante de competitividade, investimento e desenvolvimento para o Brasil.

A EY House nasceu com esse propósito: criar um espaço de encontro para aproximar políticas públicas, empresas, mercados financeiros, comunidades e conhecimento científico. Um espaço para construir soluções viáveis, e não apenas discutir desafios.

Ao longo da COP30, recebemos lideranças que compartilham a convicção de que sustentabilidade é um vetor de crescimento – e que grande parte do financiamento e da inovação necessários virá do setor privado. Vimos também que iniciativas integradas, baseadas em dados confiáveis, cooperação e visão de longo prazo, são determinantes para transformar intenção em resultados na economia real.

Este material reúne reflexões, aprendizados e caminhos concretos discutidos na EY House. Ele representa não apenas uma síntese da nossa contribuição à COP30, mas um convite à continuidade: avançar juntos na construção de soluções que unam desempenho econômico, impacto social e preservação ambiental.

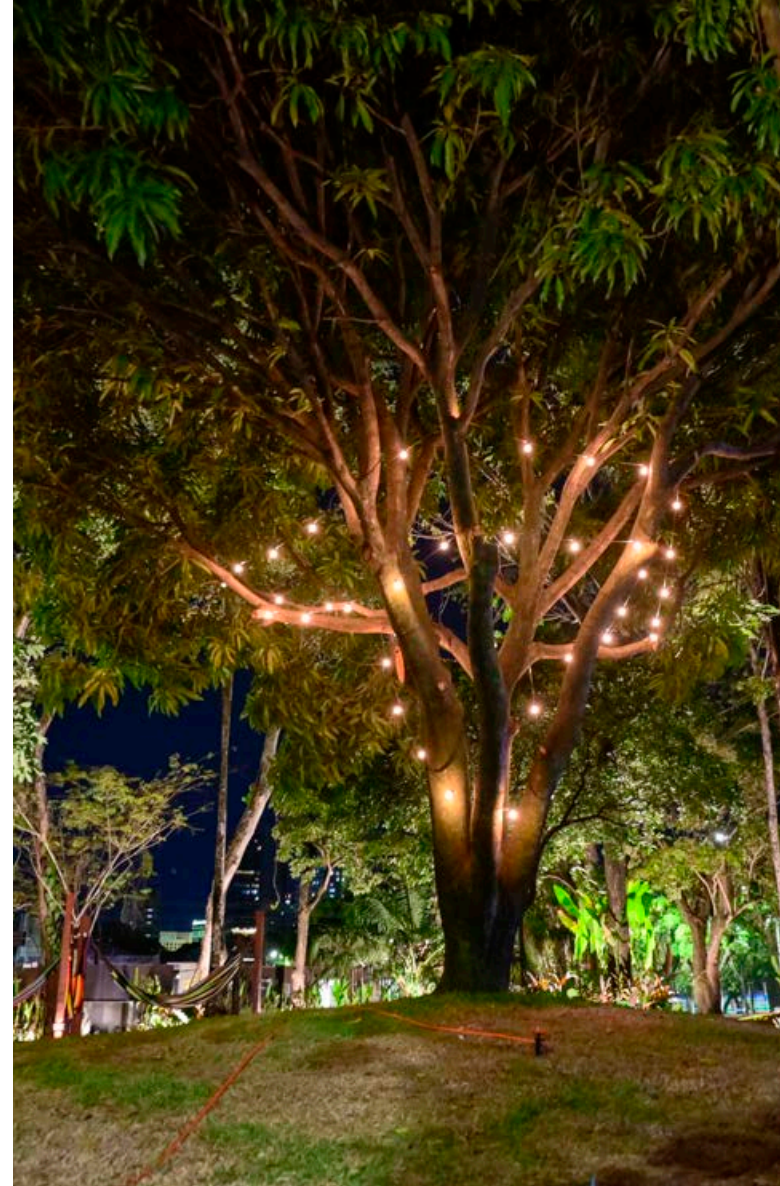
Agradeço à Presidência da COP30, aos parceiros que viabilizaram a EY House e a todos que fizeram desse espaço um verdadeiro ponto de convergência. Seguimos comprometidos em atuar como integradores da transição climática, conectando visão, governança e execução – no verdadeiro espírito de colaboração que marcou esta conferência.

Com elevada consideração,

Luiz Sergio Viera
CEO, EY Brasil
Leader

Ricardo Assumpção
EY Latam, Sustainability
Leader





Introdução: O caminho para a resiliência econômica

A concretização do Acordo de Paris e a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas deixaram de ser apenas uma agenda ambiental para se consolidar como um eixo estruturante da organização da economia global, influenciando padrões de investimento, modelos produtivos e dinâmicas de competitividade. A forma como essa transformação será conduzida na economia real dependerá, de maneira decisiva, da articulação entre setor privado, governos, cadeias de valor e mercados financeiros.

Neste contexto, a EY House foi concebida como um espaço de diálogo e construção de soluções orientadas a implementação da agenda climática, reunindo lideranças do setor produtivo, da esfera pública e da sociedade civil para promover a reflexão sobre caminhos concretos para o desenvolvimento sustentável.

O espaço foi desenvolvido em parceria com Bradesco, B3, Vale e empresas do portfólio da Votorantim S.A, incluindo Banco BV, CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, Citrosuco, Reservas Votorantim e Votorantim

Cimentos, Motiva e contou com a colaboração de instituições internacionais como MIT Sloan Management School, Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e AMCHAM, com apoio do Governo do Pará.

A iniciativa nasceu do reconhecimento de que a EY atua como ponte estratégica entre políticas públicas, cadeias produtivas, sistemas financeiros e fluxos de investimento, contribuindo para transformar a agenda climática em trajetória de execução econômica na economia real.

O Brasil combina escala territorial, diversidade produtiva e riqueza socioambiental que não encontram paralelo global – e essa singularidade molda completamente os caminhos possíveis de implementação da agenda climática. As discussões da EY House mostraram que transformar esse potencial em vantagem exige reconhecer as diferentes realidades regionais, integrando inovação, conhecimento local, infraestrutura e políticas públicas para gerar impacto consistente. Quando articuladas, essas dimensões ampliam a competitividade do país, fortalecem a inclusão produtiva e criam soluções capazes de inspirar modelos replicáveis para economias emergentes.

Integrando a Agenda de Ação da COP30 em

5 setores prioritários

da EY



Agenda Temática da EY House



Agroindústria



Serviços Financeiros



Energia



Mineração



Infraestrutura

Semana 1: Transformação de Sistemas - Finanças, Indústria e Inclusão

Dia	Tema da EY House	Dias Temáticos COP30	Metas COP30
10 Nov (Seg)	Infraestrutura & Resiliência	Adaptação, Cidades, Infraestrutura, Água, Resíduos, Governo Local, Bioeconomia, Economia Circular, Turismo.	11, 12, 13, 14, 15
11 Nov (Ter)	Mineração & Economia Circular		2, 28, 29
12 Nov (Qua)	Governança Climática		26, 30
13 Nov (Qui)	Finanças como motor de implementação	Saúde, Empregos, Educação, Cultura, Justiça, Direitos Humanos, Integridade da Informação, Trabalhadores.	16, 17, 18, 19, 26, 30
14 Nov (Sex)	Transição Energética	Energia, Indústria, Transporte, Comércio, Finanças, Mercado de Carbono, Gases Não- CO ₂ .	1, 2, 3, 4

Fim de semana

Semana 2: Aceleração e Inovação - Moldando o Futuro com Confiança

17 Nov (Seg)	Natureza, oceanos e bioeconomia	Florestas, Oceanos e Biodiversidade, Inclusão dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Jovens e Pequenos Empreendedores.	5,6,29
18 Nov (Ter)	Tecnologia e IA		25,27,28
19 Nov (Qua)	Agronegócios & Transição Justa	Agricultura, Sistemas Alimentares, Pescarias e Agricultura Familiar com foco em gênero, raça, equidade, inclusão + Ciência, Tecnologia, Inteligência Artificial.	8,9,10
20 Nov (Qui)	Governança Climática		26, 30

A EY House consolidou-se como uma plataforma estratégica de alcance global, reunindo mais de 3 mil participantes, 120 eventos e lideranças de alto nível do setor público, empresarial, financeiro, acadêmico, sociedade civil e comunidades indígenas, para transformar a agenda climática em agenda econômica. Alinhada aos temas e 30 pontos da Agenda de Ação da Presidência da COP30, a agenda da EY House foi estruturada para conectar ambição a implementação.

Ao reunir lideranças dos setores de energia, agroindústria, mineração, infraestrutura e serviços financeiros, dentre outros setores da economia, a EY House contribuiu para o diálogo da Agenda de Ação da COP30, com foco na viabilidade econômica e na implementação de soluções aplicáveis a economia real.

O espaço foi concebido em uma infraestrutura sustentável como um ambiente de articulação entre políticas públicas, fluxos de capital e dinâmica operacional das cadeias produtivas, buscando aproximar as prioridades da agenda climática das decisões concretas de investimento e de produção. Essa iniciativa da EY reflete a compreensão de que a transição climática encontra sua fase decisiva na implementação, quando a capacidade de converter sinais políticos em escolhas econômicas passa a ser um elemento crítico para a geração de valor sustentável de longo prazo.



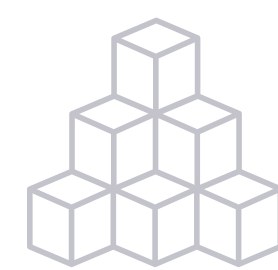
Materiais sustentáveis, recicláveis ou de fontes renováveis.



Sistema de reutilização e conservação de água.



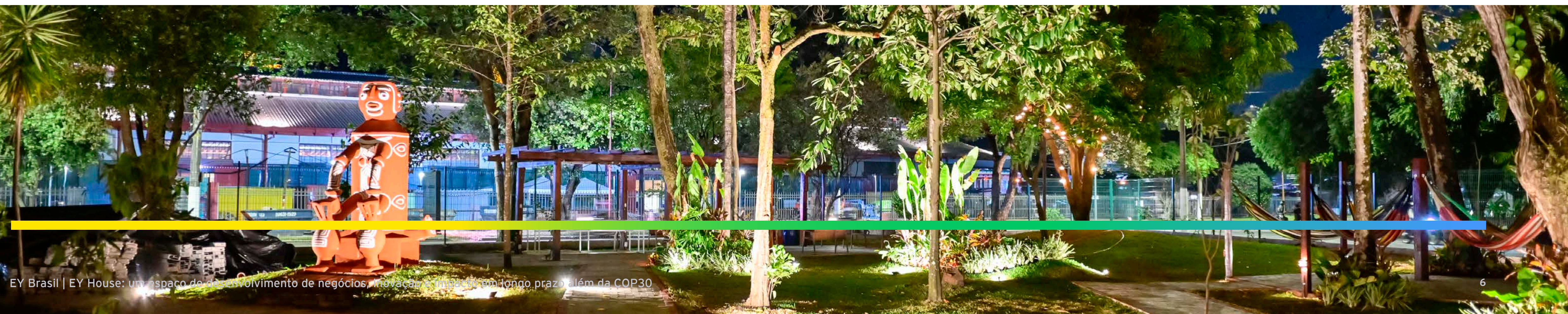
Reúso, a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados na obra por cooperativas locais.



Técnicas de construção modular offsite para redução de resíduos e velocidade de execução.

As metas climáticas brasileiras dependerão tanto da integração da agenda climática aos modelos operacionais quanto as decisões de alocação de capital de setores-chave da economia, incluindo energia, mineração, agropecuária, infraestrutura e sistema financeiro. A transição climática será efetiva na medida em que esses setores internalizarem critérios de resiliência, baixo carbono e gestão de riscos climáticos em suas estratégias de desenvolvimento.

Em consonância com o convite da Presidência da COP30 para contribuições aos Roadmaps sobre a transição para longe dos combustíveis fósseis e a reversão do desmatamento até 2030, este e-book consolida insumos estratégicos e experiências setoriais discutidas na EY House, com foco em barreiras, alavancas e caminhos de implementação.



Resultados **EY House** em números

Panorama Geral | EY house & COP 30



3.067

Pessoas que passaram pela Casa e atenderam a nossos eventos (total).

2 ministros e 5 governadores

e diversos prefeitos e autoridades presentes.

100 CEOs



90

Eventos (considerando auditório Cumaru, Auditório Legado e Futuro Votorantim e Restaurante) **Agenda - COP30 - EY House Meeting.**

200

empresas de 33 nacionalidades.

+30

empresas listadas em bolsas no Brasil.





Agroindústria

O agronegócio foi discutido nos painéis da EY House a partir da premissa de que sustentabilidade e produtividade não são agendas antagônicas, mas componentes complementares da competitividade agrícola brasileira. A agenda agroambiental foi apresentada como um dos principais eixos de posicionamento do Brasil na economia global de baixo carbono.

As discussões destacaram que o avanço da produção agrícola deve ocorrer prioritariamente por meio do aumento da produtividade e da eficiência dos sistemas produtivos, evitando a expansão da atividade para novas áreas. Nesse contexto, práticas de manejo sustentável do solo, sequestro de carbono e sistemas integrados de produção, como a combinação de lavoura, pecuária e floresta, foram apontadas como instrumentos relevantes para a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da resiliência climática das atividades rurais.

A rastreabilidade da produção foi identificada como elemento estratégico para acesso a mercados internacionais de maior valor agregado. O uso de monitoramento geoespacial, auditorias independentes e tecnologias digitais de registro distribuído contribui para aumentar a transparência das cadeias produtivas e garantir a origem socioambiental das commodities agrícolas. Rastreabilidade não é apenas conformidade: é o idioma de confiança das cadeias globais, que protege acesso a mercados, premia eficiência e reduz assimetrias entre produtores.

Os debates também ressaltaram a necessidade de reduzir a assimetria tecnológica entre produtores rurais. O acesso desigual a tecnologias de agricultura de precisão, gestão do solo e informação climática pode influenciar decisões produtivas e estimular a expansão

de áreas cultiváveis como alternativa econômica. Nesse sentido, iniciativas de capacitação tecnológica e inclusão produtiva foram consideradas essenciais para a sustentabilidade do setor.

A socio-bioeconomia da Amazonia foi discutida como uma oportunidade de desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas na floresta, incorporando conhecimento científico, saberes tradicionais e agregação de valor a produtos de origem natural. Projetos de transformação de matérias-primas florestais em bens de maior valor agregado foram mencionados como exemplos da construção de uma economia associada a conservação ambiental.

O papel do consumidor foi também reconhecido como parte da dinâmica de transformação das cadeias industriais, por meio de escolhas de consumo capazes de estimular práticas produtivas sustentáveis e fortalecer mercados para produtos de origem responsável.

Em suma, a competitividade agroambiental brasileira será definida pela capacidade de coordenar práticas sustentáveis ao longo de cadeias complexas que conectam produtores, indústrias, mercados globais e comunidades locais, sempre alinhada com as tendências dos consumidores.

Para a ocasião da COP30, a EY realizou o estudo Impact Edge para avaliação e mensuração dos impactos da sustentabilidade no setor do agronegócio no Brasil e as análises indicam que a adoção consistente de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) pode impulsionar o setor em até 26,5%, ativando R\$ 247 bilhões na economia do país – sinais concretos de que a agenda deixa de ser custo e passa a ser motor de valor.



Impact Edge

da Sustentabilidade do Agro

26,5% de crescimento
do setor ao ano.

 **328,6 MtCO2/ano**
em emissões evitadas.

R\$ 247 bilhões
ativados na economia.

2,1 milhões
de empregos gerados.

11,5 trilhões
de litros de água economizados.

 **2,8 TWh de**
energia economizados.

 **R\$ 112 bilhões**
em arrecadação tributária.

1.080 internações
hospitalares evitadas anualmente.



Energia

Nos painéis da EY House, o tema da energia foi discutido como um elemento estruturante da economia, atravessando os setores da indústria, da mobilidade, da infraestrutura digital e da estabilidade macroeconômica. A transição energética foi tratada como um processo que combina descarbonização, competitividade econômica e gestão de riscos climáticos.

No contexto das discussões, o setor energético foi apresentado como um dos principais vetores de descarbonização da economia brasileira, apoiando a eletrificação da sociedade em geral, substituindo os combustíveis fósseis em várias aplicações, a transformação da mobilidade e a expansão da infraestrutura digital. Nesse cenário, a modernização regulatória aparece como fator relevante para a previsibilidade das regras e para a atração de investimentos ao longo do tempo.

A matriz energética brasileira, caracterizada pela elevada participação de fontes renováveis e pela dependência do regime hídrico, apresenta um diferencial competitivo importante para o país. Ao mesmo tempo, a maior frequência de secas prolongadas e de eventos climáticos extremos reforça a necessidade de planejamento energético e da melhoria da resiliência das infraestruturas críticas que considere cenários de maior variabilidade climática.

As discussões em painéis na EY House apontaram quatro prioridades para a agenda energética:

- ▶ Planejamento de longo prazo incorporando cenários climáticos extremos, além de projeções médias de oferta e demanda
- ▶ Fortalecimento simultâneo da segurança hídrica e da segurança energética como pilares da estabilidade econômica
- ▶ Modernização da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica, com foco em eficiência operacional e aumento da resiliência destes sistemas
- ▶ Integração entre expansão da oferta de energia, tecnologias de armazenamento, digitalização das redes e estabilidade sistêmica

A transição energética também foi abordada como base para economia digital e para a industrialização de baixo carbono. O avanço da digitalização, da automação industrial e da inteligência artificial tende a influenciar os padrões de consumo de energia e de recursos hídricos, tornando a confiabilidade, a previsibilidade e a eficiência da infraestrutura atributos relevantes de competitividade.



A segurança operacional do sistema elétrico depende da coordenação entre planejamento econômico, instrumentos regulatórios de longo prazo e mecanismos financeiros capazes de absorver impactos decorrentes das mudanças climáticas. E para além das metas setoriais, a resiliência energética depende das cadeias de equipamentos, manutenção e dados que sustentam geração, transmissão e consumo – o elo invisível da segurança do sistema.

No campo da mobilidade, os debates destacaram que o transporte urbano e interurbano continuará sendo um dos principais fatores de influência nas trajetórias globais de emissões ao longo das próximas décadas. A descarbonização do setor exige integração entre política industrial, planejamento urbano e inovação tecnológica, evitando a fragmentação de metas setoriais que não estejam alinhadas a estrutura econômica e territorial.

A principal mensagem que emergiu das discussões na EY House sobre a transição energética do Brasil exige um planejamento verdadeiramente integrado, sustentado por modernização regulatória e alianças multisetoriais, premissas essenciais em um país cuja economia depende da confiabilidade e resiliência do sistema elétrico.

Nesse contexto, a crescente demanda associada a digitalização da economia, em particular a expansão da inteligência artificial e da infraestrutura de dados, emerge como um novo vetor estrutural de pressão sobre os sistemas energéticos, com implicações diretas para planejamento, eficiência e competitividade.





Inteligência Artificial

A rápida expansão da inteligência artificial (IA) introduz uma nova dimensão na transição climática, com implicações diretas sobre sistemas energéticos, infraestrutura e competitividade econômica. Nos últimos anos, sua adoção se intensificou, com a IA em especial os modelos generativos, tornando-se parte crescente das operações empresariais e da infraestrutura digital.

As discussões na EY House indicaram que esse avanço já começa a alterar padrões de demanda por energia. A expansão dos data centers, associada a maior intensidade computacional das aplicações de IA, passa a exercer pressão adicional sobre os sistemas elétricos, exigindo novos níveis de eficiência, integração de redes e planejamento de longo prazo.

Esse movimento traz implicações relevantes. Sistemas de IA, particularmente em larga escala, demandam volumes elevados de energia e água, com o uso operacional (inferência) assumindo peso crescente no consumo total. A expansão da infraestrutura digital tende a se acelerar, com impactos sobre emissões que dependem da eficiência dos sistemas, do desenho da infraestrutura e, sobretudo, da matriz energética. Nesse contexto, países com matrizes mais limpas apresentam uma vantagem relativa.

Apesar deste cenário, a tecnologia também evolui rapidamente em eficiência e sobretudo em aplicação. Aplicações já em curso incluem a otimização de cadeias de suprimento, ganhos de eficiência logística, avanços em monitoramento e rastreabilidade, gestão de redes elétricas e melhorias em práticas agrícolas e no monitoramento ambiental. Em mercados de carbono, contribui para o aumento da qualidade de dados, transparência e capacidade de decisão.

Como refletido nas discussões, o ponto central não está no ritmo de avanço tecnológico, mas nas condições sob as quais ele é direcionado. A integração entre eficiência digital, oferta de energia limpa e estruturas de governança passa a ser determinante para que sua expansão contribua positivamente para os objetivos climáticos.

Esse contexto aponta para uma zona crescente de convergência entre transformação digital e agenda climática. Sobre a perspectiva da economia real, a competitividade tende a depender da capacidade de alinhar a adoção de IA com sistemas energéticos, infraestrutura e resultados ambientais. Nesse sentido, a IA deixa de ser apenas um vetor adicional de demanda e passa a atuar como acelerador de sistemas econômicos mais eficientes, resilientes e de baixo carbono.

Infraestrutura

A agenda de infraestrutura foi tratada nos painéis da EY House como um dos pilares da adaptação às mudanças climáticas e da expansão do desenvolvimento econômico sustentável. Os debates destacaram a crescente necessidade de fortalecer sistemas de infraestrutura capazes de responder aos impactos de eventos climáticos extremos e a intensificação de riscos urbanos. Neste contexto, reforçou-se que a resiliência das cidades depende não apenas da modernização de ativos físicos, mas também de um planejamento urbano que incorpore critérios de sustentabilidade, adensamento inteligente e preservação ambiental.

Infraestrutura é a espinha dorsal das cadeias urbanas: quando planejada com interdependências em mente (água-energia-mobilidade), reduz perdas, evita interrupções produtivas e protege vidas. Os impactos das mudanças climáticas nas cidades brasileiras evidenciam a importância da elaboração de planos integrados de adaptação e mitigação, incluindo o diagnóstico de vulnerabilidades e o fortalecimento da capacidade de resposta das administrações públicas frente a cenários de maior frequência de eventos extremos.

O Brasil, assim como a América Latina como um todo, é urbano e o tratamento adequado de soluções de resiliência climática nas cidades gera um impacto atingindo as localidades de maior concentração populacional e, ao mesmo tempo, de maior vulnerabilidade para boa parte da população. A discussão ressaltou que esses planos precisam estar articulados às diretrizes urbanísticas municipais, especialmente por meio de revisão periódica dos Planos Diretores, que orientam o uso

do solo, a gestão de áreas de risco e a integração da infraestrutura cinza e soluções baseadas na natureza.

A integração entre os diferentes níveis de governo foi considerada essencial para a construção de uma agenda climática efetiva, especialmente diante da diversidade territorial e socioeconômica dos municípios brasileiros. O fortalecimento da capacidade técnica dos gestores públicos, particularmente em nível municipal, foi apontado como fator relevante para a estruturação de projetos e para a captação de financiamento climático.

A experiência recente de eventos climáticos extremos no Brasil evidenciou a vulnerabilidade de sistemas de infraestrutura crítica, incluindo redes de energia, saneamento básico, telecomunicações e transportes. A modernização das redes de distribuição, o manejo da arborização urbana e a adoção de soluções como o enterramento de fiação elétrica foram discutidos como caminhos para aumentar a resiliência operacional.

As parcerias público-privadas e os modelos de concessão foram mencionados como instrumentos capazes de acelerar investimentos em infraestrutura, combinando a capacidade de planejamento do setor público com a eficiência executiva e a capacidade de financiamento do setor privado.

O setor de saneamento básico foi destacado como área prioritária de expansão, especialmente diante das metas nacionais de universalização dos serviços de água potável e esgotamento sanitário até 2033. O crescimento da participação privada nos leilões de saneamento e a mobilização de recursos para expansão da cobertura dos serviços foram identificados como sinais de dinamismo do setor.



A sustentabilidade da infraestrutura foi associada não apenas a redução de riscos climáticos, mas também a geração de valor econômico e social, com projeções de expansão da atividade econômica, criação de empregos, redução de emissões e mitigação de impactos sobre a saúde pública. Ao integrar políticas de infraestrutura a diretrizes de planejamento urbano sustentável, os municípios ampliam sua capacidade de promover desenvolvimento equilibrado, reduzir vulnerabilidades e transformar seus territórios em ambientes mais resilientes, inclusivos e preparados para os desafios climáticos das próximas décadas.

EY vem analisando a fundo o valor que as práticas ESG agregam nos setores ligados à infraestrutura (construção, transportes, logística, saneamento e energia) para apoiar clientes, parceiros e organizações com uma agenda mais eficiente e estratégica. Nossas análises indicam que a adoção consistente de práticas ESG pode impulsionar o setor em até 5,6%, ativando R\$ 34 bilhões anualmente na economia do país, sinais concretos de que a agenda passa a ser vista como alavanca de valor para o desenvolvimento do país.

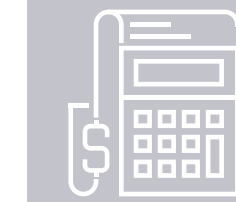
Impact Edge

da Infraestrutura Sustentável

+R\$ 34 bilhões
ativados na economia (o que representa 0,3% do PIB).



266,26 MtCO₂
em emissões evitadas.



7,2 milhões
de toneladas de resíduos evitados.

2,6% de aumento
na arrecadação de impostos

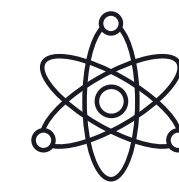
293 mil
de empregos gerados



36 milhões
de litros de água consumidos.

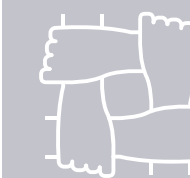
6.247 internações
hospitalares evitadas.

5,6% de crescimento do setor.

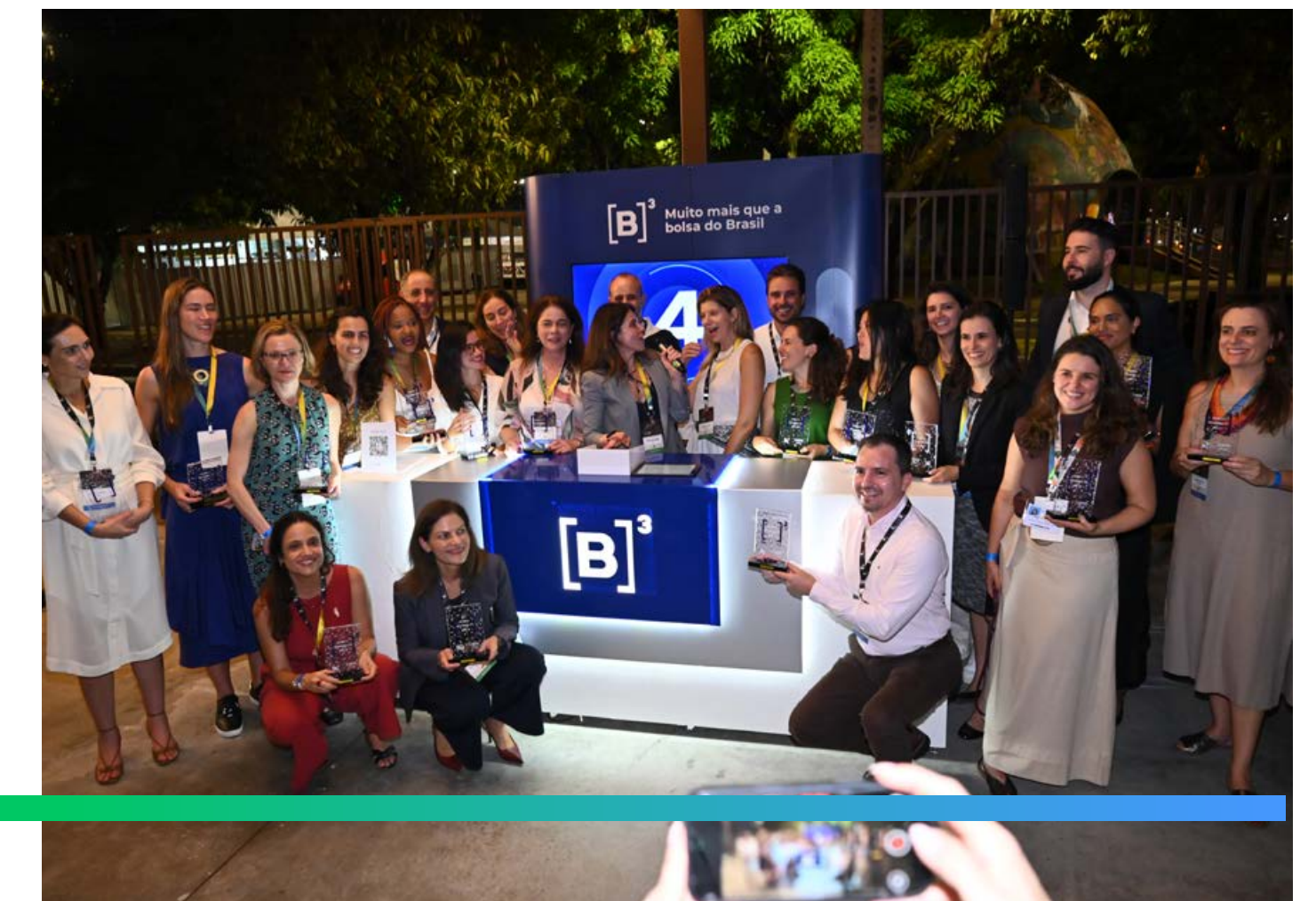


92 MWh de energia
economizados.

R\$ 21,91 milhões
de economia no SUS.



15.378 vagas
afirmativas em posições de liderança criadas.





Mercado de carbono

Nos painéis da EY House, o debate sobre mercado de carbono destacou o papel estratégico do Brasil e os desafios para transformar ativos naturais em liderança global e explorou o papel do Brasil na próxima geração de mercados de carbono.

Três pilares emergiram como essenciais para a maturidade do mercado: transparência, integração internacional e capacidade de execução. Esses elementos reduzem riscos, fortalecem a credibilidade dos créditos e permitem escala com reconhecimento global.

Discussões focaram nas interdependências que moldam esse mercado: a importância de estabelecer um ambiente transparente que reduza riscos e fortaleça a confiança; a necessidade de construir interoperabilidade para permitir diálogo com regulações e plataformas internacionais; e a urgência de escalar processos com credibilidade, garantindo que a qualidade dos créditos seja verificável e reconhecida globalmente.

A complexidade inerente aos projetos de carbono, demanda expertise diversa, metodologias robustas e monitoramento contínuo, reforçando que a maturidade desse mercado depende de uma estrutura capaz de sustentar sua evolução ao longo do tempo. A credibilidade dos créditos, por sua vez, se constrói ao longo da cadeia: é a consistência dos dados de origem, a integridade do monitoramento e a clareza na repartição de benefícios que alinham floresta em pé, renda local e reconhecimento internacional.

O Brasil pode transformar seus recursos estratégicos em influência efetiva no mercado global de carbono. Existem oportunidades e lacunas a serem superadas: desde o aprimoramento de diretrizes regulatórias, até o fortalecimento de mecanismos de governança e alinhamento com padrões internacionais consolidados. A construção desse futuro depende de iniciativas além dos instrumentos técnicos: exige coordenação entre setores, clareza de propósito e compromisso com resultados que fortaleçam tanto o ambiente regulatório quanto a confiança internacional.

Mineração

O setor de mineração ocupa um papel central na agenda da transição climática, especialmente pela sua conexão com cadeias industriais globais, mercados de carbono e fluxos internacionais de investimento. As discussões realizadas nos painéis da EY House destacaram a evolução da mineração de uma lógica predominantemente regulatória para uma arquitetura mais ampla de geração de valor econômico, social e ambiental.

Entre os cinco setores analisados, mineração é aquele em que a relação entre transição climática, mercados de capitais internacionais e atração de investimento global aparece de forma mais diretamente associada a estratégia de desenvolvimento econômico. Além disso, o papel da mineração na transição climática está diretamente ligado à governança das cadeias globais de minerais críticos, essenciais para energia renovável, mobilidade elétrica e tecnologia avançada. Esse posicionamento reflete o potencial do Brasil de se consolidar como um hub relevante de capital climático, especialmente no contexto da expansão dos mercados de carbono e do aumento das exigências de rastreabilidade e governança socioambiental.

O valor estratégico da mineração se materializa quando as cadeias – da extração ao processamento e à logística – operam com transparência, gestão responsável dos recursos (incluindo água) e engajamento efetivo com os territórios; nesse contexto, inclusive para minerais críticos, essa combinação fortalece a confiança, reduz riscos e alinha competitividade a expectativas socioambientais.

No campo operacional e regulatório, as discussões enfatizaram a importância da gestão sustentável dos recursos naturais utilizados nas atividades mineradoras, com especial atenção a gestão hídrica, a eficiência energética e a segurança de barragens e rejeitos. O setor permanece sujeito a elevado nível de escrutínio público e regulatório, o que reforça a necessidade de fortalecer continuamente os mecanismos de governança, transparência e responsabilidade socioambiental.

As empresas mais avançadas na agenda ESG tem migrado de abordagens centradas apenas na conformidade para estratégias estruturadas de mitigação de risco e criação de valor compartilhado, combinando eficiência operacional, desempenho ambiental e fortalecimento do relacionamento com as comunidades.

O avanço dos padrões internacionais de reporte não financeiro e um fator estratégico para o setor, acompanhando o avanço das estruturas globais de divulgação sobre clima, natureza e biodiversidade, além do desenvolvimento de taxonomias e referenciais verificáveis de sustentabilidade para investimentos.

Segundo estudo Impact Edge, realizado pela EY para a COP30, a incorporação de práticas ambientais, sociais e de governança pode gerar ganhos de produtividade e eficiência capazes de **eleva o valor agregado do setor em até 20,81%**, movimentando **mais de R\$ 399 bilhões** na economia nacional e consolidando o Brasil como um dos principais protagonistas globais da mineração de baixo carbono.



Impact Edge

da Mineração Sustentável

R\$ 399 bilhões ativados

na economia (o que representa 3,4% do PIB).



400 milhões de toneladas de resíduos evitados.

93.056 internações hospitalares evitadas.

R\$ 47,77 milhões de economia no SUS.

7.152 vagas afirmativas em posições de liderança criadas.





Serviços Financeiros

O setor financeiro desempenha um papel estratégico na transição para uma economia de baixo carbono, funcionando como canal de alocação de capital, mitigação de riscos e promoção de inovação sustentável. Nos painéis da EY House, ficou evidente que os serviços financeiros não apenas financiam projetos verdes, mas também definem o ritmo da transformação setorial por meio de critérios ESG, instrumentos de blended finance e políticas de governança corporativa.

A integração de sustentabilidade e gestão de risco climático na agenda financeira brasileira e central para viabilizar os investimentos necessários em infraestrutura, energia, agroindústria e mineração. As discussões destacaram que a robustez regulatória, combinada com transparência e rastreabilidade, e determinante para fortalecer a confiança de investidores nacionais e internacionais, permitindo que o capital flua para projetos de impacto positivo de forma escalável.

Os painéis enfatizaram quatro vetores estratégicos para o setor:

- ▶ Adoção de padrões globais de disclosure, reportes auditados e indicadores ESG verificáveis
- ▶ Mobilização de recursos de investimentos que promovam redução de emissões, resiliência climática e inovação tecnológica

- ▶ Combinação de capital público, privado e filantrópico para reduzir assimetrias de acesso e garantir que projetos de pequeno e médio porte recebam financiamento adequado
- ▶ Coordenação entre bancos, fundos, seguradoras e mercados de capitais para garantir fluxos financeiros com as condições e a escala necessárias para viabilizar a transição de setores estratégicos para essa agenda.

Em suma, o desafio é que o capital alcance todos os elos das cadeias destes setores. Quando instrumentos financeiros chegam a fornecedores e distribuidores há a possibilidade de redução de riscos e o fortalecimento da liquidez e competitividade. Além disso, essa capilaridade nos elos mais vulneráveis acelera a adoção de tecnologias de baixo carbono e gera efeitos positivos que se propagam por toda a cadeia, aumentando produtividade e resiliência.

Além disso, as discussões dos painéis demonstraram que a transformação do setor financeiro, na verdade representa uma oportunidade para o país consolidar sua posição perante aos investidores internacionais. A adoção consistente de práticas ESG cria vantagem competitiva, resiliência financeira e capacidade de atração de investimentos de longo prazo, alinhando desempenho econômico e impacto socioambiental.

Conclusão

As discussões realizadas nos painéis da EY House durante a COP30 reforçaram que a transição climática já não é apenas um desafio ambiental, mas uma agenda estrutural de desenvolvimento econômico, competitividade e gestão de riscos para a economia real.

Este e-book consolida reflexões importantes, evidências e caminhos de implementação discutidos nos painéis da EY House, com o objetivo de apoiar soluções aplicáveis a economia real. A próxima fase da agenda climática será definida não apenas pela ambição dos compromissos, mas pela qualidade da sua implementação.

Ao longo dos cinco setores analisados, energia, agroindústria, serviços financeiros, mineração e infraestrutura, ficou evidente que o avanço da transição para uma economia de baixo carbono, depende da capacidade de transformar compromissos climáticos em projetos concretos, financiáveis e implementáveis em escala.

O setor energético foi destacado como a base material da descarbonização da economia, especialmente pela expansão das fontes renováveis, pela modernização das redes e pela necessidade de garantir segurança de oferta, resiliência do sistema e previsibilidade regulatória.

No agronegócio, a sustentabilidade foi tratada como elemento central de competitividade internacional, combinando aumento de produtividade, rastreabilidade das cadeias produtivas e fortalecimento da socio-bioeconomia amazônica, com a floresta reconhecida também como plataforma de inovação, conhecimento científico e geração de valor.

Os serviços financeiros foram apontados como o principal mecanismo de mobilização de capital para a transição climática, com ênfase no papel do financiamento híbrido, da transparência das informações não financeiras e da redução da distância entre oferta de investimento e projetos estruturados.

Na mineração, a agenda ESG foi associada a evolução da indústria para modelos de criação de valor compartilhado, incluindo gestão sustentável da água, eficiência energética, circularidade de materiais, fechamento responsável de operações e fortalecimento da governança socioambiental.

A infraestrutura foi discutida como elemento essencial para a adaptação das cidades e dos sistemas econômicos frente a intensificação de eventos climáticos extremos, com destaque para a modernização das redes elétricas, a expansão do saneamento básico e o fortalecimento de parcerias público-privadas voltadas ao investimento sustentável.

O conjunto das discussões da EY House demonstrou que o principal desafio da próxima década não será apenas definir ambição climática, mas construir os caminhos de implementação capazes de conectar estratégia, financiamento e execução econômica.

E essa transição não ocorre dentro de setores isolados, mas ao longo das cadeias que os conectam. A capacidade do Brasil de transformar ambição em resultados depende da força dessas cadeias – agrícolas, industriais, minerais, energéticas e financeiras – e da forma como integram inovação, biodiversidade, infraestrutura e inclusão

produtiva. É nesse espaço sistêmico, onde convergem políticas públicas, investimentos e decisões operacionais, que a implementação climática ganha escala.

Nesse contexto, o Plano Clima 2024-2035 representa um marco relevante para a organização da política climática brasileira, especialmente por estabelecer uma abordagem integrada que articula mitigação, adaptação e planejamento de longo prazo, apoiada em planos setoriais como instrumentos de implementação.

Iniciativas colaborativas como o Global Implementation Accelerator podem contribuir para transformar compromissos climáticos em oportunidades reais de investimento, apoiando a estruturação de pipelines de projetos, aumentando a previsibilidade regulatório e ampliando o acesso ao financiamento da transição sustentável na economia real.

A Agenda de Ação COP30-COP31 reforça a importância de aproximar decisões políticas da economia real, acelerando soluções que possam ser implementadas nas cadeias de valor e acompanhadas por métricas transparentes de resultado.

Em última instância, a transição climática será definida pela capacidade coletiva de transformar ambição em execução, conectando visão estratégica, governança, financiamento e ação concreta na economia real.



Recomendações

As discussões realizadas na EY House durante a COP30 deixaram claro que a transição climática só avança quando conecta visão estratégica, governança cooperativa, incentivos econômicos, tecnologia e capacidade local. A partir das perspectivas compartilhadas por líderes empresariais, especialistas e representantes de setores da economia, sintetizamos de maneira transversal as contribuições em cinco princípios orientadores, com o objetivo de apoiar a Presidência na construção de caminhos de implementação.

Eles refletem não apenas os debates setoriais, mas também a necessidade de fortalecer coordenação entre governos, setor privado, financiadores e comunidades – condição essencial para que a transição climática seja justa, eficaz e integrada ao desenvolvimento brasileiro.

Previsibilidade para investir

Ambientes regulatórios estáveis, alinhados a padrões internacionais e com clareza de regras permitem que governos, empresas e investidores planejem no longo prazo. Recomendações:

1. Fortalecer o ambiente regulatório e institucional para ampliar o pipeline de projetos financiáveis.
2. Consolidar padrões nacionais de reporte climático, acelerando IFRS S1/S2 e a Taxonomia Sustentável Brasileira.
3. Alinhar regulações e certificações brasileiras a padrões internacionais para garantir competitividade global.
4. Consolidar um arcabouço jurídico robusto para mercados ambientais e soluções baseadas na natureza,

com sistemas confiáveis de certificação e mensuração, reporte e verificação (MRV).

Financiamento que chega aonde importa

A capacidade de investir em escala depende de instrumentos financeiros que alcancem empresas de todos os portes e territórios de diferentes realidades socioeconômicas. Recomendações:

5. Expandir instrumentos de blended finance e mitigação de risco para projetos intensivos em capital e tecnologias limpas.
6. Reduzir riscos para investimentos de longo prazo por meio de garantias e compartilhamento de risco.
7. Ampliar instrumentos financeiros para PMEs e fornecedores, reduzindo riscos sistêmicos ao longo das cadeias produtivas.
8. Criar instrumentos financeiros para bioeconomia e restauração florestal, tornando a natureza um ativo estratégico.

Infraestrutura, dados e inovação como bases da escala

Não há implementação sem infraestrutura física confiável, informação de qualidade e tecnologias que permitam eficiência em campo. Recomendações:

9. Acelerar o financiamento e a expansão da infraestrutura crítica – renováveis, transmissão, armazenamento e hidrogênio, com foco em resiliência e eficiência operacional.

10. Estruturar infraestrutura de mercado para carbono e dados climáticos, com sistemas robustos e interoperáveis de registro, certificação e MRV, conectados a plataformas nacionais e internacionais.

11. Integrar soluções baseadas na natureza (SBN) à infraestrutura tradicional para reduzir riscos e custos.

12. Desenvolver mecanismos de precificação de carbono com foco em operacionalização e interoperabilidade, articulados à infraestrutura de dados e aos padrões técnicos.

Implementação pela lógica das cadeias

A transição ocorre ao longo das cadeias produtivas, logísticas e financeiras e sua efetividade depende de coordenação entre todos os elos. Recomendações:

13. Preparar cadeias de fornecedores para a transição, com capacitação tecnológica e acesso a financiamento.
14. Estabelecer estratégias integradas por cadeia de valor, alinhando metas e métricas entre setores interdependentes.
15. Integrar planejamento urbano, infraestrutura e adaptação climática, priorizando investimentos em resiliência e redução de riscos físicos.
16. Fortalecer modelos de governança público privada capazes de acelerar a descarbonização de setores industriais estratégicos.



Territorialidade e inclusão como estratégia de valor

A transição só ganha legitimidade quando reconhece capacidades locais, diversidade sociocultural e participação efetiva de comunidades. Recomendações:

- 17.** Fortalecer a capacidade técnica de governos locais e operadores regionais para estruturar e executar projetos.
- 18.** Promover pactos territoriais multissetoriais que integrem empresas, governos, comunidades e financiadores.

19. Reconhecer povos indígenas e comunidades tradicionais como protagonistas, com governança e repartição de benefícios.

20. Impulsionar cadeias bioeconômicas de alto valor, conectando biodiversidade, ciência, inovação e mercados globais.

O fortalecimento da implementação da agenda climática dependerá da capacidade coletiva de transformar planejamento setorial em ação econômica concreta, consolidando a transição como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável brasileiro.

A EY reúne um conjunto singular de competências regulatórias, financeiras, técnicas e tecnológicas para atuar como integradora da transição climática. Nossa capacidade de dialogar e operar simultaneamente com governo, reguladores, empresas, investidores e comunidades, aliada à expertise em estruturar pipelines robustos e converter políticas públicas em implementação efetiva, foi um marco para a EY e nossos parceiros .

Em dezembro de 2025, o espaço da EY House passou a abrigar a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Pará, consolidando-se como um legado físico e social.

Essa transição reforça nosso compromisso com todas as dimensões do desenvolvimento socioambiental, contribuindo para a bioeconomia e o fortalecimento das comunidades locais, além da geração de insights para os negócios.

A EY reafirma seu compromisso de colaborar de maneira construtiva, inclusiva e orientada a implementação com a Presidência da COP30, que conectem ambição climática, desenvolvimento econômico e execução na economia real, colocando à disposição as experiências e soluções aqui reunidas como subsídios a agenda climática e avanço dos Roadmaps.

Pontos focais por segmento



Ricardo Assumpção

Líder de Sustentabilidade e ESG
Ricardo.Assumpcao@br.ey.com



Afonso Sartorio

Líder de Mineração ESG
Afonso.Sartorio@br.ey.com



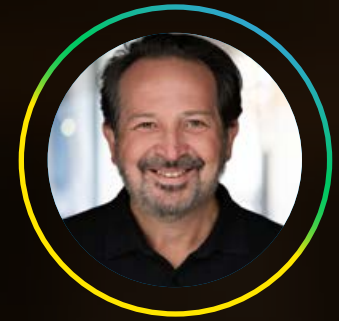
Alexandre Vidal

Diretor de Infraestrutura
e Mercados Regulados
Alexandre.Vidal@parthenon.ey.com



Alessandra Agostini

Gerente Senior de Urbanização
e Mercado Imobiliário
Alessandra.Agostini@parthenon.ey.com



David Dias

Líder de IA
David.Dias@br.ey.com



Erica Perin

Líder de Tax ESG
Erica.Perin@br.ey.com



Luiz Claudio Campos

Líder de Governo & Infraestrutura
Luiz.Claudio.Campos@parthenon.ey.com



Otavio Lopes

Líder de Agroindústria
Otavio.Augusto.Lopes@br.ey.com



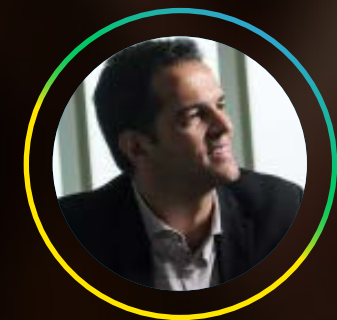
Rafael Schur

Líder de Mercados Financeiros
Rafael.Schur@br.ey.com



Roberta Tedesco

Líder de Urbanização
e Mercado Imobiliário
Roberta.Tedesco@parthenon.ey.com



Leonardo Dutra

Líder de Mudanças Climáticas
e Sustentabilidade Brasil
Leonardo.Dutra@br.ey.com

EY House



Ione Anderson

Líder Agenda e Curadoria de Conteúdo
Ione.Anderson@br.ey.com



Patricia Bircak

Líder Operações
Patricia.Bircak@br.ey.com



Thais Fontanello

Coordenação de Conteúdo e Agenda
Thais.Fontanello@br.ey.com



Paulo Lucas

Diretor de Construção e Projetos
Paulo.Lucas@br.ey.com



Sabrina Frizzo

Líder do Projeto EY House
Sabrina.Frizzo@br.ey.com



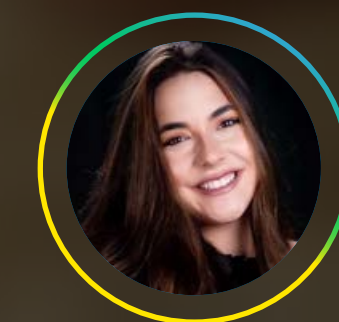
Rafael Malataux

Time operações
Rafael.Malateaux@br.ey.com



Flavio Dayrell

Líder de Construção e Projetos
Flavio.Dayrell@br.ey.com



Julia Moreira

Gerente de Construção e Projetos
Julia.Moreira1@br.ey.com

Patrocinadores participantes deste material



EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor em longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais.

Utilizando dados, inteligência artificial e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY ajudam clientes a moldar o futuro com confiança e a solucionar as questões mais complexas do mundo atual.

As equipes da EY atuam em todo espectro de serviços em assurance, consulting, tax e strategy and transactions. Impulsionadas pela visão dos setores da indústria, parceiros de diversos ecossistemas e uma rede multidisciplinar e globalmente conectada, as equipes da EY podem fornecer serviços em mais de 150 países.

Todos juntos para moldar o futuro com confiança.

EY se refere à organização global e pode se referir a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais é uma pessoa jurídica independente. A Ernst & Young Global Limited, uma empresa do Reino Unido limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY coleta e usa dados pessoais, bem como a descrição dos direitos dos indivíduos sob a legislação de proteção de dados, estão disponíveis em ey.com/privacy. As firmas-membro da EY não exercem a advocacia onde são proibidas da prática pelas leis locais. Para mais informações sobre a nossa organização, visite ey.com.br.

Este comunicado foi emitido pela EYGM Limited, integrante da organização global da EY que também não presta serviços a clientes.

©2026 EYGM Limited.

Todos os direitos reservados.

ey.com.br

Instagram | [eybrasil](#)

LinkedIn | [EY](#)

YouTube | [EYBrasil](#)